



CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE UBERABA COMDEFU

ATA DA 4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Aos (18) dezoito dias do mês de Junho de dois mil e quinze, às sete horas (7 horas) realizou-se a IV Conferência dos Direitos das Pessoas com Deficiência no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Uberaba na Av. Dom Luiz Maria Santana, nº 141. A conferência começou com a apresentação do grupo Visão Tátil do Instituto de Cegos do Brasil Central. O cerimonialista agradeceu as professoras Tereza Cristina, Meire Vitorazi e Felipe Tavares pela linda apresentação! Desde o início do evento, contamos com a participação de uma interprete de libras, que estabelecia a comunicação entre os surdos e ouvintes. Após apresentação foi dada as boas-vindas a todos, desejando um bom dia a todos! Informou ainda que a IV Conferência dos Direitos das Pessoas com Deficiência é realizada por meio Conselho Municipal Comdefu e da Prefeitura Municipal de Uberaba através da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDS. Discursou brevemente sobre a importância do evento e de termos consciência que o poder público e a sociedade civil precisam caminhar juntos para o bom desenvolvimento do município e até mesmo do país! Trata-se de um momento de discussão, debate e criação de propostas em prol de políticas públicas para as pessoas com deficiência. Em seguida foi composta a mesa dos trabalhos com a execução do Hino de Uberaba. A Presidente do COMDEFU Liliane Martins agradeceu a presença de todos e também ao governo de Paulo Piau por ajudar o conselho a garantir os direitos das pessoas com deficiência. Em seguida o Secretário de Desenvolvimento Social – Senhor Roberto Luiz de Oliveira cumprimentou todos e agradeceu aqueles que vieram prestigiar o evento e se mostrou entusiasmado com o trabalho desenvolvido pelo município para a pessoa com deficiência. Demonstrou gratidão ao secretário de saúde Marco Túlio Azevedo Cury e a Carlos Alberto de Godoy, declarou ter imensa satisfação em colaborar e incentivar a IV Conferência Municipal e que este trabalho foi desenvolvido com muito carinho! Falou sobre como o evento é importante para que as modificações não fiquem só no papel, para que realmente as coisas aconteçam e pediu apoio ao prefeito Paulo Piau, esclareceu ainda que todas as pessoas presentes estão participando da conferência para defender os direitos das pessoas com deficiência. Aconselhou que todos aproveitem o espaço e a oportunidade para interagir e criar as políticas públicas e promover a qualidade de vida para as pessoas com deficiência. Em seguida a conselheira do COMDEFU Ana Maria Salatiel fez a leitura da Resolução Nº /001/2015/COMDEFU que trata do Regimento Interno da 4ª Conferência, no qual foi aprovado por unanimidade. Posteriormente Liliane Martins presidente do COMDEFU, revelou que prometeu a seus alunos provar e mostrar que algo está sendo feito em prol das pessoas com deficiência. Declarou que eles são parte fundamental da inclusão e que apesar de serem adolescentes e não participarem tão ativamente das discussões, são muito especiais e importantes porque nos mostram o que precisa ser feito, as demandas e a luta pela inclusão e acessibilidade da pessoa com deficiência. Depois passou a palavra para Carlos Alberto de Godoy que agradeceu a presença de todos e saudou as autoridades presente: Assessora de Novos Projetos Sra. Angela Dib, os assessores do Deputado Aelton e o Senhor Sérgio Paulo Nascimento da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Ofereceu um abraço especial ao pessoal da Seds, por serem pessoas empenhadas e engajadas, agradeceu a oportunidade de estar no comdefu e parabenizou Liliane Martins e conselheiros pelas atividades desenvolvidas no conselho e pela comissão organizadora da conferência. Falou brevemente sobre a conferência, disse que precisa da participação ativa dos conselhos, instituições e comunidade e manifestou o desejo de todos juntos construir políticas públicas e que esse dia fique marcado na história pública e em Uberaba. Após este momento, Sérgio Paulo Nascimento da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência deu andamento nos trabalhos, desejou bom dia, agradeceu a presença de todos e parabenizou todas as pessoas com deficiência. Ressaltou da importância da conferência e que neste encontro será traçado diretrizes municipais e estaduais e apresentou o

tema da palestra “Os desafios na implementação da política da pessoa com deficiência: a transversalidade como radicalidade dos Direitos Humanos”. Falou sobre o que é a deficiência, nivelamento conceitual, estatísticas, Convenção sobre os Direitos das pessoas com Deficiência, Censo 2010, os desafios da transversalidade e explicou com detalhes os três eixos que serão discutidos na conferência. Esclareceu que a deficiência social impõe a barreira e o trabalho da acessibilidade é de zerar as barreiras, garantir a ausência de barreiras para garantir a igualdade entre as pessoas. Salientou sobre a falta de acessibilidade em torno do domicílio da pessoa com deficiência e ressaltou as barreiras que essas pessoas enfrentam no dia a dia! Manifestou que a transversalidade surge como desafio para efetivar os direitos das pessoas com deficiência no nível local, dada a fragmentação e a complexidade das políticas. Informou que os setores (ex: educação, saúde etc) são um avanço mas não tratam o deficiente como um sujeito de direitos. E afirmou que nem sempre a um dialogo entre os setores. Questionou de como fazemos no município para que os setores e as políticas interajam e garantam o direito da pessoa com deficiência. Estimulou os ouvintes a refletir se realmente estamos batalhando pela inclusão? Como vamos aprimorar as políticas públicas? Explicou que a palestra é muito mais no sentido de questionar e fomentar a conferência para traçarmos diretrizes para as políticas públicas. E concluiu que a situação se agrava quando não há diálogo sobre o que precisa melhorar para a pessoa com deficiência no nível local, estadual e federal. Em seguida Ana Maria Salatiel deu início ao debate que foi dividido em três blocos e teve o total de nove perguntas com temas livres. A plateia manifestou insatisfação com as calçadas do município de Uberaba que são estreitas e dificultam a passagem. Questionaram se é impossível se acreditar em uma educação com qualidade, pois o livro didático brasileiro é muito rico não em conteúdo mas em desenhos, reclamaram da formatação dos livros didáticos, da desobrigação das nossas instituições financeiras em criar recursos para as pessoas cegas e com outras deficiências para poderem interagir e afirmaram que isso distancia a pessoa com deficiência da educação. Falaram sobre a falta de acessibilidade nas escolas e do descontentamento ao perceberem que a escola prefere usar o dinheiro para investir em tecnologias e não em acessibilidade. Mencionaram a demora da entrega de material adaptado para o deficiente nas escolas, da falta de cap nos municípios e que Uberaba tem muita demanda porque atende boa parte do triângulo mineiro. Uma supervisora pedagógica de uma faculdade em Uberaba informou que elabora PDI e não tem acesso ao material de orientação para saber como vai trabalhar com acessibilidade e por isso enfrenta dificuldade para preparar o professor para lidar com o aluno com deficiência. Carlos Alberto de Godoy discutiu a relação do município com os entes federados, do problema que enfrenta na hora da distribuição dos recursos e a falta de destinar verbas para uma política que atenda a pessoa com deficiência. Declarou também que o recurso não tem chegado ao município. Sérgio Paulo Nascimento da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência respondeu as perguntas e fez algumas sugestões. Esclareceu que a calçada estreita é um problema que ocorre no Brasil. Não é uma questão fácil de resolver, citou como exemplo São Paulo onde fizeram a padronização de calçadas por meio de lei municipal, trata-se de plano emergencial de calçadas ou comissão permanente de acessibilidade do município de SP. A Prefeitura foi obrigada a adaptar as calçadas, ressaltou que não se obriga o proprietário do lote, o próprio município tem a responsabilidade de refazer a calçada, sugeriu que isso seja feito no município de Uberaba. Concordou que a educação da pessoa com deficiência depende do livro didático ser acessível, afirmou que temos tidos mais avanços do que retrocessos citou o MC Daisy, e informou que o Ministério da Educação – MEC exige que o livro didático seja feito em MC Daisy, disse também que precisa que as pessoas com deficiência se manifestem. Sugeriu que o Conselho Municipal de Educação entre em contato no Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), com a Marta ou Clarete (diretoras de inclusão) para receberem auxílio e orientação. Aceitou a reclamação de Vanilton e admitiu que o que ocorreu com ele na escola particular foi crime e aconselhou o deficiente visual a denunciar a escola ao ministério público do município. Falou resumidamente sobre a nova lei que exige das escolas o preparo na estrutura e de profissionais para inclusão que deverão estar adaptadas para a pessoa com deficiência. Em relação ao atraso de entrega dos materiais, pediu para o conselho ver qual instância é responsável e exigir explicações. A presidente do COMDEFU – Liliâne Martins perguntou a Sérgio sobre sua opinião referente à falta de acessibilidade porque temos a legislação, porém, falta o comprometimento do governo federal em efetivar as leis. Sérgio declarou que ainda temos muito trabalho a fazer, e que o governo federal já tem inúmeras ações,

citou algumas que já estão efetivas. Liliane agradeceu a participação de todos e terminou o bloco de debates ressaltando que o governo federal está fazendo sua parte e que nós também precisamos fazer a nossa parte. Incentivou a união e pediu que os coordenadores dos eixos que serão discutidos elaborem boas propostas para que os deficientes sejam atendidos! A segunda etapa da IV Conferência dos Direitos das Pessoas com Deficiência contou com a participação de Fernanda Roqueti na introdução e divisão dos eixos temáticos. Explicou que o primeiro eixo será coordenado por Ângela Dib e discutido no mezanino, orientou o grupo em como chegar no local. O segundo eixo será coordenado por Michele Carvalho (presidente do COMDICAU) e irá acontecer nas primeiras fileiras do palco e o terceiro eixo conta com a coordenação de José Maria Barra Filho e Carlos Alberto de Godoy nas poltronas próximas da porta do centro administrativo. Fernanda deu início à discussão dos eixos e lembrou todos de que deverão priorizar 4 propostas de âmbito estadual e nacional. A discussão de eixo durou aproximadamente 2 horas. Em seguida foi apresentado a plenárias geral as propostas de cada eixo: Sendo que as ações a nível estadual:

Eixo I: Gênero, raça e etnia, diversidades sexual e geracional: Utilizar programas de rádio e TV na divulgação dos temas abordados com depoimentos e divulgação na internet e mídia em geral; Realizar eventos anuais (seminários, fóruns, colóquios, etc.) que tenham como fundamento a sensibilização e divulgação das ações e direitos das pessoas com deficiência, com foco principal no empoderamento dos sujeitos; Dispor de uma central de intermediação surdo-ouvinte de forma a permitir a comunicação de surdos, deficientes auditivos e surdocegos com todos os órgãos da administração municipal utilizando telefone adaptado. Eixo II: Órgãos Gestores e Instâncias de Participação Social: Fortalecer junto ao município a capacitação e valorização de todos os profissionais que trabalham nas instituições governamentais e não governamentais; Solicitar aos órgãos competentes atender e fiscalizar as leis de acessibilidade do município, em todas as vias públicas e institucionais, garantindo melhor acessibilidade sonora, física, visual e demais necessidades especiais; Ampliar a oferta de serviço de residência terapêutica, residência inclusiva, repúblicas, casas lares e demais serviços que acolham pessoas com deficiência em situação de risco e/ou de violação de direitos. Eixo III - A interação entre os poderes e os entes federados: Garantir a implementação de políticas públicas para a geração de emprego e renda; Criar programas permanentes de desenvolvimento de campanhas informativas, educativas e para conscientização da sociedade referentes a transversalidade da política da pessoa com deficiência; Assegurar a execução e ampliação dos programas educacionais que promovam acessibilidade efetiva nas instituições de ensino públicas e privadas. Ações para o âmbito nacional: Eixo I: Gênero, raça e etnia, diversidades sexual e geracional: Executar a lei referente ao preconceito e bullying à pessoa com deficiência, garantindo sua fiscalização; Priorizar a lei de incentivo fiscal para atender programas e projetos das entidades que atendem pessoas com deficiências; Efetivar o ensino de Libras como conteúdo obrigatório da educação infantil ao ensino médio; Eixo II Órgãos Gestores e Instâncias de Participação Social: Proporcionar e ofertar os recursos necessários, materiais e humanos, às pessoas com deficiência para o acesso aos cursos técnicos, profissionalizantes e de formação acadêmica no município; Divulgar, através dos diversos meios de comunicação, programas, projetos e serviços que atendem pessoa com deficiência; Criar uma Central de intérpretes que atendam às demandas das pessoas surdas na cidade de Uberaba; Eixo III – A Interação entre os poderes e os entes federados: Assegurar a execução e ampliação dos programas educacionais que promovam acessibilidade efetiva nas instituições de ensino públicas e privadas; Garantir a implementação de políticas públicas para a geração de emprego e renda; Criar programas permanentes de desenvolvimento de campanhas informativas, educativas e para conscientização da sociedade referentes a transversalidade da política da pessoa com deficiência. Tais propostas foram aprovadas por unanimidade pela plenária geral. Em seguida a conselheira Ana Maria Salatiel leu o regimento para a eleição de conselheiros representantes da sociedade civil do COMDEFU que irão compor o COMDEFU na gestão 2015/2017. Após foi feita a eleição para os conselheiros representantes da sociedade civil, ficando as representatividades composta da seguinte forma: Entidade de Pessoas com Deficiência Auditiva: Adelaide Rocha Pereira (titular) Nilson Anaer da Silva (suplente); Entidades de Pessoas com Deficiência Visual: Vanilton Rosa da Silva (titular), Leandro Ferreira Faria (suplente); Entidade de pessoas com deficiência física: Ana Maria Silva do Carmo (titular), Geraldo Adelmo de Faria (suplente); Entidades de pessoas com deficiência mental: Dayanae Cristina de Andrade Sousa (titular), Shirley Pereira Dias (suplente); entidade de pessoas com paralisia cerebral e/ou sequelados de cunho neurológico: Liliane Martins (titular). Os segmentos que não foram

compostos durante a eleição será de competência do COMDEFU oficializar as instituições a fins e realizar uma nova eleição para completar os segmentos com vagância. Quanto aos representantes governamentais foram indicados pelo executivo e estarão presentes em solenidade de posse que será realizada posteriormente. Como demanda da Conferência, a Presidente Liliane Martins propões ter um interprete de libras durante as reuniões ordinárias e/ou extraordinária do COMDEFU. Após a eleição de conselheiros do COMDEFU, foi realizado a Eleição de delegados que representarão o município de Uberaba durante a Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência que será realizada no mês de setembro/15 em Belo Horizonte, foram eleitos os seguintes representantes: representantes da sociedade civil (titulares): Angélica Rodrigues Gonçalves, Dayane Cristina de Andrade, Ivanilton Silva Sousa Junior, Liliane Martins, Sara Alves Silva, Vanilton Rosa da Silva; Suplentes: Geraldo Adelmo de Faria, Cliciana Rodrigues da Silva e Silva e Shirley Pereira Dias. Representantes Governamentais: Paula Katiana Rodrigues Maciel, Carlos Roberto Souza Silva e Maria Aparecida Ferreira de Queiroz. Nada mais havendo para ser tratado, a Presidente do COMDEFU Sra, Liliane Martins encerrou a 4ª Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência às 17 horas e 30 minutos agradecendo a presença de todos. Esta ata foi redigida por mim, Andreia Carvalho, 1ª secretária do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Gestão 2012/2014.